

Escolas fazem locaute e adiam início das aulas

BRASÍLIA — A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) decidiu adiar o inicio do ano letivo, por tempo indeterminado, até que o Governo reveja os índices estabelecidos para o reajuste das mensalidades escolares. O locaute foi definido na reunião de dois dias que representantes de 24 sindicatos e de quatro associações de escolas particulares tiveram em Brasília.

Isso significa que seis milhões de estudantes do pré-escolar, 1º e 2º graus, que começariam sua aulas entre os dias 2 e 16 de fevereiro, não terão onde estudar, segundo o Presidente da Fenen, Roberto Dornas. Somente no Estado do Rio de Janeiro, que possui três sindicatos (Baixada Fluminense, do Estado e da cidade do Rio de Janeiro), 1,5 milhão de alunos serão prejudicados.

A Fenen, que representa 35 mil escolas particulares de todo o País, não aceita a proposta de livre negociação defendida pelo Ministério da Educação. Para Roberto Dornas, com a reformulação das atividades das Co-

missões de Encargos Educacionais, responsáveis pela arbitragem das negociações dentro dos Conselhos Estaduais de Educação (CEE), seus membros deixaram de ser técnicos para se tornar políticos.

As Comissões, instituídas pelo decreto-lei 532/69, foram reformuladas pelo Presidente José Sarney, através do decreto 93911, no princípio deste mês. De cinco membros passou a ter oito, incluindo representantes do MEC e dos estudantes. Esta é uma das principais queixas da Fenen, que argumenta que as escolas só conseguirão aumentar as mensalidades em 35% (índice estabelecido pelo Governo), pois os 15% a serem negociados são mera formalidade.

— Quem é que vai concordar em aumentar a mensalidade, quando terá que pagar o aumento do próprio bolso? — indaga Dornas, criticando a presença de estudantes e autoridade do MEC nas reuniões.

Para o Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino da Baixada Fluminense, Ari Santos, tanto o

decreto presidencial, delegando poderes ao Ministro da Educação para estabelecer o índice do reajuste, quanto o que reformulou as Comissões, são inconstitucionais. Esta é também a opinião do Presidente do Sindicato do Estado do Rio de Janeiro, Alenildo Brito.

— Vamos tentar provar a inconstitucionalidade dos decretos na Justiça e, caso a Sunab tente autuar as escolas, vamos recorrer à figura jurídica do estado de necessidade — afirmou.

Os sindicatos promoverão, ainda nesta semana, assembleias regionais para ratificar a decisão da Federação. Na Baixada Fluminense, será hoje, e em Niterói também, às 14 horas, no Colégio Plínio Leite.

— As escolas não abrirão para não aumentar ainda mais os prejuízos, e nada nos obriga a iniciar as aulas — desafiou Dornas, acrescentando que são 3,5 milhões de pessoas, entre funcionários, professores e técnicos administrativos trabalhando nos estabelecimentos de ensino.